

**PARA PREENCHIMENTO PELA ENTIDADE SOLICITANTE APÓS AUTORIZAÇÃO DE CEDÊNCIA DE
INFORMAÇÃO SUJEITA A SEGREDO ESTATÍSTICO - (LEI 22/2008 DE 13 DE MAIO)**

COMPROMISSO de SIGILO

Nos termos da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, que estabelece os princípios, as normas e a estrutura do Sistema Estatístico Nacional, designadamente do disposto no n.º 6 do artigo 6º e de acordo com o deliberado pela Secção Permanente do Segredo Estatístico, no âmbito da aprovação por procedimento escrito conforme 7ª Deliberação da Secção, o Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE), do Ministério da Economia, da Inovação e Desenvolvimento compromete-se a:

1. Guardar absoluto sigilo em relação aos dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, relativos a informação estatística confidencial constante da Base de dados mensal do Comércio internacional português (dados declarados), não acumulados (de janeiro de 2012 ao mês em causa), sem o tratamento da confidencialidade, relativos às entradas e saídas de mercadorias segundo os códigos da Nomenclatura Combinada (NC) a oito dígitos, por países de origem e destino, ficheiros SSBC 1891 e SSBC 1891-MT em CDrom, usando-os exclusivamente para os fins mencionados no pedido enviado ao Conselho Superior de Estatística em abril de 2011, em anexo;
2. Utilizar a informação exclusivamente para efeitos de análise interna, sem prejuízo da aplicabilidade do artigo 6º da Lei n.º 22/2008 de 13 de maio, não procedendo à sua divulgação de forma direta pois para efeitos de divulgação de indicadores sobre as estatísticas do Comércio Internacional deverá o GEE utilizar a base de dados com o tratamento do segredo que lhe será fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística;
3. Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas adequadas para proteger a informação estatística disponibilizada, contra o acesso não autorizado, a difusão, a alteração, a destruição accidental ou ilícita, ou a perda accidental;
4. Efetuar a divulgação da informação de acordo com o mencionado no pedido aprovado, de uma forma que não permita qualquer identificação, direta ou indireta, das unidades estatísticas de base;
5. Utilizar a informação somente para as finalidades para que foi cedida, e enquanto necessária, procedendo à sua destruição logo que deixe de ser necessária para aquelas finalidades, de forma que garanta a impossibilidade de quaisquer acessos futuros por terceiros;
6. Enviar ao Conselho Superior de Estatística o resultado do estudo ou trabalho desenvolvido a partir da informação estatística cedida.

Lisboa, ... de ... de 2012

Nome ()

Cargo()